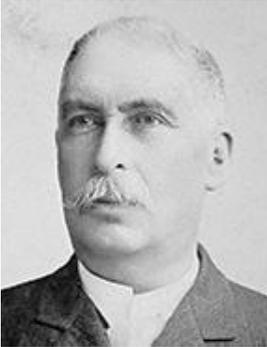


# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



**PINTO, Adriano Antero de Sousa (Resende, 1846 – Porto, 1934)**

Adriano Antero de Sousa Pinto nasceu no concelho de Resende em 1846, sendo filho de Manuel Maria de Sousa Pinto e de D. Rosa Carolina Vieira Xavier. Estudou Direito na Universidade de Coimbra entre 1867 e 1872, datando dessa época a publicação do seu primeiro livro de poemas (*Os Reprobos*, em 1870) e a participação no jornal *O Trabalho*. A partir de 1875 instala-se no Porto e dedica-se à advocacia e ao ensino, mas também dá início à sua vida política filiando-se no Partido Progressista. Foi eleito deputado cinco vezes por esse partido entre 1897 e 1908, chegando também a ocupar a vice-presidência da Câmara Municipal do Porto. A nível pedagógico, há que notar a sua passagem pelo Instituto Industrial e Comercial do Porto, leccionando e regendo cadeiras relacionadas com o direito comercial, industrial e marítimo (Conde, *Adriano Antero de Sousa Pinto*, 2023, pp. 31-3 e 37-40).

O percurso de Adriano Antero (como costumava assinar os seus escritos) também passou pelo estudo da história, considerando-se, como refere na introdução de uma das suas obras, “um humilde historiador”. A sua maior obra deste teor foi publicada ao longo do primeiro quartel do século XX, intitulada *A História Económica* (1905-25) – e a partir do quinto volume adquire o subtítulo *Historia Universal do Commercio e da Industria*. O autor debruça-se aqui sobre a produção de bens, trocas comerciais e relações económicas desde o período das civilizações mesopotâmicas até à época sua contemporânea. Com efeito, é algo que se revela ambicioso ao enfatizar uma gradual evolução das economias agrárias para a economia de comércio em larga escala e o conseqüente fenómeno da industrialização, adoptando, assim, uma perspectiva direccionada para o universal. E, como nota J. Amado Mendes, há um alinhamento com as tendências emergentes desse período ao invocar factores económicos que influíam decisivamente sobre as sociedades: “situação, superfície, aspecto, clima, população, indústrias e comunicações” (Antero, *A História Económica*, vol. I, 1905, p. V; Mendes, “Económica, História”, s.d., p. 10).

Mas Adriano Antero também considerava factores e eventos políticos que se relacionavam com a história económica. Segundo o autor, os eventos económicos entrosavam-se nos de natureza política e social, sendo estes os elementos que moldariam as conjunturas e realidades sobre as quais afluíam as movimentações e relações de pendor económico no seio das sociedades. Daí que cada capítulo seja precedido pela narração



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

da conjuntura sociopolítica de cada Estado ou civilização (e que, por vezes, toma proporções significativas). Ademais, o seu critério de divisão cronológica adopta barreiras temporais fixas, impondo divisões assentes em momentos de cariz político e social que podem ser encaradas com uma certa rigidez (*ibidem*, vol. I, 1905, pp. XII-XIII; vol. VI, pp. 11-2). No entanto, Antero rejeitava o argumento de que escrevia sobre economia política, escudando-se na incorporação desta área de estudo na história económica enquanto elemento agremiador de outros domínios, permitindo assim uma visão mais abrangente da história nesta perspectiva (*ibidem*, vol. V, 1921, p. VI).

É igualmente significativa a apresentação de determinados factos sem qualquer pendor inquisitivo sobre os mesmos, notando-se, em alternativa, um apoio expressivo em diversos autores para fundamentar tópicos e informações. Isto é particularmente visível quando se procura indicar o tipo de bens produzidos e mercadorias transaccionadas ou as relações comerciais entre Estados: o papel da bibliografia nas referências do autor substituem as menções a documentos da época, pressupondo uma ligação indirecta aos mesmos por intermédio dos autores citados. As referências directas são escassas ou suprimidas. Assim, a narrativa de Adriano Antero apresenta-se com um pendor mais expositivo e didáctico.

O recurso a conceitos como “nação”, “raça”, “decadência” e “progresso” são comuns, reflectindo determinadas visões do tempo presente do autor sobre o passado. As definições parecem ter um sentido muito amplo, carecendo de uma atenção às especificidades históricas de cada caso. Indique-se, a título de exemplo, o ensejo de liberdade do Condado Portucalense face ao Reino de Castela enquanto aspiração da nacionalidade portuguesa (*ibidem*, vol. II, p. 420). Ao já referido tópico de “decadência” subjazem perspectivas comparadas dentro da história de forma descendente e negativa, em que um determinado momento histórico resplandeceria mais do que o seguinte justapondo-se às condições mais favoráveis de outras civilizações. Observa-se isto nas flutuações económicas dos Estados quando são ultrapassados por outros, geralmente acompanhados por uma noção de declínio generalizada que se instala no seio das sociedades – o que resvala, por exemplo, para a produção cultural e científica.

Como que a compensar esta pendência, assinala-se um sentido patriótico que tende a enaltecer o passado nacional, sobretudo no modo de ver as intervenções e influência de determinadas figuras históricas – mesmo que os casos apresentados nesse sentido sejam pontuais na presente obra. Fala-se de «grandes homens». O período que se inicia com o reinado de D. João I é apontado como “a nossa história dourada”, em que “a ambição enorme da glória e a ardente aspiração de abraçar mundos e descobrir terras” se impunham enquanto forças motrizes do espírito colectivo (*ibidem*, vol. III, pp. 454-5). As conquistas na Índia foram igualmente aclamadas, a par dos projectos dos vice-reis e as suas conquistas na construção do Estado da Índia (*ibidem*, vol. IV, pp. 175-9 e ss.). Mas se o império entrara num período de decadência económica a partir do século XVI, determinados estadistas foram mantendo as suas capacidades governativas. No século XIX, alguns estariam dotados de um “grande tacto político” que contribuiu para o progresso do país, destacando Fontes Pereira de Melo, Anselmo Braancamp e José Luciano de Castro como exemplos desse



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

estadismo (*ibidem*, vol. VI, p. 612). Não por acaso, seria neste último século que se assistiria, segundo o autor, à materialização de conceitos como “regeneração” e o já referido “progresso” – coincidindo com a época sua contemporânea e figuras com as quais terá certamente convivido, como Luciano de Castro.

Alguns grupos da sociedade portuguesa seiscentista são apresentados como estando imbuídos de uma certa “corrupção da consciência”, toldados pelas riquezas oriundas da Índia e da América. Tal pode induzir-nos a uma ideia de decadência moral advinda das riquezas oriundas das colónias a partir do século XVI, em oposição a supostas virtudes que estariam presentes antes da expansão portuguesa. Isto levanta o tema da decadência nacional generalizada que encontrava as suas raízes na consolidação do império, desvirtuando uma sociedade idealizada (por vezes, de forma utópica) que seria a época medieval – elemento bastante presente na historiografia oitocentista e novecentista portuguesa. A morte de D. Sebastião suscita a questão do sebastianismo – a morte do rei, a desgraça iminente e a esperança de um retorno à grandiosidade. O domínio espanhol, neste sentido, terá aprofundado esse sentimento de insatisfação generalizada. Os espanhóis, descritos como estando ansiosos de se apoderarem das riquezas coloniais portuguesas, terão penetrado na corte em vésperas da crise de 1580 e, aquando da reivindicação de Filipe II de Espanha ao trono de Portugal, facilitado a afirmação do novo monarca em detrimento da independência. A este bastaria “fingir que respeitava todos os direitos de Portugal” (Antero, *Os falsos Principes*, 1927, pp. 88-9), o que vem reforçar uma antagonização deste monarca e, de forma geral, à dinastia filipina – algo reforçado pelas crises a que o Império Português foi sujeito durante este período.

Mas as relações históricas de Portugal com Espanha não são encaradas unicamente de maneira antagónica – muito pelo contrário. Na obra *Hespanha e Portugal e suas afinidades* (1921) – resultado de uma comunicação num encontro científico entre os dois países, no Porto –, Adriano Antero tenta demonstrar que os percursos históricos de ambas as nações teriam elementos e trajectórias históricas comuns. Através da caracterização geográfica da Península Ibérica e da apresentação das raízes políticas, sociais e culturais comuns (sobretudo romanas, visigóticas e muçulmanas), evidenciam-se condições e origens compartilhadas. Eventos políticos terão estado unidos de tal forma que, segundo o autor, os monarcas tiveram feições e desígnios similares; até o período colonial se operara de formas idênticas, desde as estruturas administrativas à colonização e interacção com os nativos. Todavia, são apresentadas algumas críticas: a má gestão dos territórios e a presença exagerada das respectivas coroas, que, pela taxação excessiva e administração danosa, terão levado os respectivos impérios à ruína não obstante eventuais tentativas de ressurgimento em momentos tardios – novamente o conceito de “decadência”, podendo associar-lhe o de “regeneração” como contraponto (Antero, *Hespanha e Portugal...*, 1921, pp. 73-5 e ss).

Os projectos de união ibérica apresentam-se de forma romantizada (mesmo que liminarmente), como se houvesse uma predestinação nessa direcção. A ênfase nos combates em que os dois reinos travaram lado a lado é sintomática disto (dando o exemplo da batalha do Salado, em 1340), que surge em detrimento dos confrontos entre ambos. O autor urge a desejar manter esses eventos na história, dando-lhes visibilidade e



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

estudando-os, mas apagados “no coração das duas nacionalidades” à vista de um fortalecimento de laços. Mas se reitera que Portugal preza a sua independência, mostra-se igualmente convicto de que as afinidades entre os dois povos os levou “algumas vezes, até o sonho de uma verdadeira unidade política” (*ibidem*, p. 86).

Dois áreas a sublinhar são o progresso das ciências e as artes. O autor apoia-se em Antero de Quental e na seu célebre ensaio sobre a decadência dos povos peninsulares para afirmar que as ciências, salvo algumas excepções, estagnaram no espaço ibérico nos séculos XVII e XVIII, mas o inverso sucedeu com as artes neste momento. De facto, fala-se de uma “estreita afinidade” entre os dois reinos nas trocas culturais, da literatura e poesia à música e arquitectura. Mas novamente emerge a ideia de “decadência” nas artes, marcada pela eventual predominância de estilos franceses e italianos e, a partir do século XIX, pelo romantismo. Para Adriano Antero, citando Teófilo Braga, este último movimento era “a melancolia e o desalento do espírito”, uma noção pessimista que poderia ser associada, de forma valorativa, a uma idealização do espírito aventureiro e heróico dos portugueses num período mais remoto em contraste com um sentimento negativo generalizado de determinadas franjas sociais – as elites – da sociedade portuguesa oitocentista (*ibidem*, pp. 41-51). Adriano Antero era iberista? Se por um lado, na sua narrativa histórica nota pontos de contacto entre ambas as nações, também é um facto que sublinha mais afinidades culturais do que políticas. E apresenta a afirmação da independência nacional como ideal e imperativo desejado pelos portugueses ao longo da história, não obstante as familiaridades e relações históricas peninsulares que não esquece. Um ideal de iberismo cultural afigura-se plausível nestes termos. Seria pois possível cruzar o pensamento de Adriano Antero com o de alguns intelectuais do seu tempo, cujo paralelismo histórico não implicava a unidade política (Matos, “Conceitos de Iberismo em Portugal, 2007, pp 178-9).

A actividade literária de Adriano Antero também passou pela escrita de romances e pela poesia. Destaca-se, no contexto ligado à historiografia, o romance histórico *Megaclés* (1922), onde a história e a mitologia gregas são tratadas numa narrativa de pendor essencialmente lúdico. Nota-se o cuidado em citar algumas obras de referência para fundamentar aspectos histórico-mitológicos, tentando fornecer, de certo modo, maior credibilidade à narrativa quanto a determinados aspectos (relações míticas, eventos dignos de nota, etc.). Mas dificilmente se poderá caracterizar esta obra como sendo de pendor historiográfico. Serve, no entanto, para ilustrar as relações entre história e romance no século XIX, presentes no período oitocentista português e em inícios da centúria posterior.

**Bibliografia activa:** Antero [de Sousa Pinto], Adriano. *A História Económica*, 6 vols. Porto: Imprensa Moderna, 1905-25; *Hespanha e Portugal e suas afinidades*. Porto: Typographia Santos, 1921; *Megaclés*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1922; *Os falsos Principes*. Porto: Imprensa Moderna, 1927.



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

**Bibliografia passiva:** Conde, António. *Adriano Antero de Sousa Pinto – poeta, advogado e político, e a sua relação com Avintes*. Avintes: Abientes – Centro de Documentação e Investigação em História Local, 2023; Matos, Sérgio Campos. “Conceitos de Iberismo em Portugal”. *Revista de História das Ideias*, vol. 28, 2007; Mendes, José Amado. “Económica, História”, pp. 9-10. Matos, Sérgio Campos (coord.). *Dicionário de Historiadores Portugueses. Da Academia Real das Ciências ao Estado Novo*. Em linha: [https://dichp.bnportugal.gov.pt/tematicas/tematicas\\_economica\\_hist9.htm](https://dichp.bnportugal.gov.pt/tematicas/tematicas_economica_hist9.htm).

Daniel Tavares